



# Anais da Assembléia

N.º 90

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE AGOSTO DE 1983

ANO IX

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

### ATA DA 84ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 1983

#### SEGUNDA-FEIRA

Presidência do senhor deputado Nestor Baptista, secretariada pelos srs. deputados Gernote Kirinus e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artágão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielise Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o senhor deputado Fuad Nacli. (01).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

##### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário da Casa, regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 74/83, de sua autoria, que declara de utilidade pública a "Associação Comunitária Bairro Jardim Gabinete", com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento do vereador Victor Leal Claudino, 43 anos, presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, no cumprimento do seu segundo mandato. O extinto era casado com a senhora Maria Izabel Mendes Claudino e pai de três filhos: Cláudia Regina, Doroti e Jean Carlos. A morte de Victor Leal Chaudino deixa profundamente entristecida a população de Mandirituba, pois sempre desempenhou com honradez e eficiência os mandatos que

o povo lhe conferiu, em eleições livres e democráticas. Requeiro ainda, que da decisão plenária se dê ciência à família enlutada, aos vereadores e ao prefeito de Mandirituba.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que esta Casa manifeste na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de regozijo pela passagem do "Dia do Maçom", a 18 de agosto, como justa homenagem a essa sociedade secreta que ao longo da história resguarda com honrosa credibilidade seus princípios milenares da liberdade, igualdade e fraternidade, sendo em grande parte, os principais responsáveis pela evolução política e social do Brasil.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL.

#### JUSTIFICATIVA:

A maçonaria ocupa lugar de destaque na história do Brasil e, também, da universal, sendo muitas vezes, a grande responsável pelos principais acontecimentos que resultaram na evolução política e social de nossa Pátria. Em 1822, quando se agravavam as relações entre Brasil e Portugal, a maçonaria através de seu então Grão-Mestre, conselheiro José Bonifácio, posteriormente tão mercedamente aclamado "Patriarca da Independência", interferia em favor da independência do Brasil. Sucedendo-se os fatos históricos, as ações embora anônimas e despretenciosas, transpiram e se cristalizam como elementos de ativa participação na Lei do Ventre Livre, a abolição da escravidão, na inconfidência mineira, quando bradavam: "Liberdade ainda que tardia" que, por ironia talvez, ainda se aplica com absoluta verossimilhança ao nosso tão amado Brasil.

Inúmeros são os fatos inclusive de caráter universal, como a revolução francesa, em que a maçonaria através de seus princípios milenares tão fielmente resguardados, da liberdade, igualdade e fraternidade, correspondendo a um triângulo perfeito, tem prestado, embora de forma anônima e despretenciosa mas de incontestável liderança, os mais relevantes serviços não só em termos de evolução política e social do Brasil, como de história universal, através desses homens livres, de bons costumes e que acreditam em um ser superior, os maçons.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

Os deputados que ao presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, sejam suspensas as sessões dos dias 5 a 9 de setembro, para trabalho das Comissões.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1983.

(aa) NILSO SGUAREZI e LUIZ ALBERTO OLIVEIRA  
LÍDER DO PMDB e LÍDER DO PDS.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor doutor João Bonifácio Cabral Júnior, digníssimo presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Paraná — FITC — e ao Excelentíssimo senhor doutor José Guilherme Lobo Cavagna-

ri, digníssimo coordenador regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — Incra, solicitando a agilização na legalização das áreas de terra conhecidas por Fazenda Três Pinheiros, localizada no município de Matelândia e Fazenda Annoni, localizada no município de Marmeleiro, neste Estado.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

A política agrícola adotada pelo governo federal a partir de 1964 tem contribuído para a concentração da terra na mão de poucos e para a conseqüente expulsão do homem do Campo que trabalha para o sustento de sua família. A par disso se verificou uma desenfreada migração para o norte do País e uma disputa sem igual pela terra aqui no Paraná, gerando diversos conflitos armados e centenas de mortes de posseiros, sem contar as inúmeras pendengas judiciais que se arrastam por décadas sempre em prejuízo do pequeno rurícola que, não suportando a morosidade da justiça, abandona seus direitos e se põe à procura de novas fronteiras.

Em março de 1980, mediante o Decreto n.º 84.603, o governo federal desapropriou, entre outras áreas de terra, a da Fazenda Annoni, localizada no município de Marmeleiro, com o intuito de regularizar títulos. Parte da área da Fazenda Annoni foi titulada, outra parte, no entanto, para o desespero dos agricultores, contestada pelos Annoni, continua desocupada e improdutiva. Um verdadeiro acinte aos agricultores sem terra da região! Uma provocação para quem quer trabalhar, vê os meios e estes não lhe são dados por causa da indiferença e do desconhecimento de causa das autoridades competentes.

Diante disso vimos a presença de vossas excelências para solicitar a aplicação de todas as medidas possíveis e cabíveis para uma solução mais rápida das terras mencionadas no escopo, sob pena de termos que juntos testemunhar cenas de violência e de morte. A intervenção da autoridade competente ainda se faz a tempo. A espera trará conseqüências indesejadas e comprometedoras perante a sociedade civil.

#### Projeto de Lei:

##### PROJETO DE LEI N.º 121/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Cemic — Centro de Estudos do Menor e Integração da Comunidade, com sede na cidade de Moreira Salles e foro no município de Goioerê.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### JUSTIFICATIVA:

De iniciativa do senhor Olívio Adamo, visa o presente efetivar e reconhecer o trabalho que vem sendo feito em prol da criança, do adolescente e de seus familiares, naquela cidade. O objetivo geral, é proporcionar condições para o desenvolvimento harmônico da criança no seio da família, e propiciar condições para a promoção familiar, através de atividades sócio-econômicas da comunidade.

Além desses trabalhos, de destacado valor social e cultural, desenvolve outros, especificamente com os menores, tais como trabalho de horta, artesanato, pintura, bordados e trabalhos caseiros.

Todos os menores matriculados, recebem assistência médica, internamentos e remédios, e alimentar. Procura também, dentro das possibilidades, enquadrar o menor em pequenos empregos.

A documentação anexa, comprova os requisitos essenciais

exigidos pela Lei n.º 6.994, para que a Cemic de Moreira Salles possa ser considerada de utilidade pública, o que estamos propondo à consideração dos nobres parlamentares, através do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Edgard Pimentel, inscrito.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Infelizmente, senhor presidente, senhores deputados, cumpre-nos hoje o ingrato dever de comunicar a esta Casa e ao Paraná que, o município que até pouco tempo apresentava os maiores índices de crescimento econômico do Estado, parou por completo. Lamentavelmente, por mais que se queira esconder os fatos, a realidade é uma só: Cascavel entrou em perigoso estágio de estagnação no que tange aos serviços públicos de responsabilidade dos governos estadual e municipal.

Obras de maior relevância como o anel viário, a estação rodoviária e a pavimentação da segunda via da Avenida Iguaçu foram paralisados pela não aplicação dos recursos a eles atribuídos em convênio firmado com o governo federal através do chamado "Projeto Cura".

A não execução de obras convencionadas, nas fases preliminares do "Projeto Cura", inabilitam o município a receber as dotações previstas para as etapas seguintes onde se inclui, como empreendimento de maior importância, a implantação da rede urbana de esgoto, sistema de saneamento básico exigido pela população e que se impõe de inadiável urgência diante do progresso que a cidade alcançava.

Somos solidários à campanha que está sendo promovida pela municipalidade cascavelense junto aos parlamentares estaduais e federais na busca desse objetivo.

Mas, precisamos, antes de mais nada, exigir da Prefeitura Municipal de Cascavel e do governo do Estado, a imediata retomada dos trabalhos que foram suspensos, face às graves conseqüências que isto vem acarretando. As empresas contratadas estão atravessando séria crise pelo não recebimento das parcelas, já em atraso, tendo de dispensar dezenas de trabalhadores, o que contribui para agravar ainda mais o problema do desemprego e a crise social.

Fazemos desta tribuna, senhor presidente, o mais veemente apelo àquelas autoridades para que, melhor refletindo sobre os terríveis efeitos da estagnação administrativa a que estão submetendo o município de Cascavel, determinem a mais rápida reativação dos serviços públicos em nome dos supremos interesses da comunidade".

Era só, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, senhor deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Senhor presidente, senhores deputados.

Agradeço pela deferência, neste momento, a satisfação que tivemos ao receber o futuro presidente da República, se o complexo normativo não tiver derivado diferente, o ex-governador Paulo Malluf, atual deputado federal.

Tivemos, juntamente com tantos companheiros nossos, a satisfação de receber a visita dessa ilustre pessoa.

Paulo Malluf, um homem carismático, um homem que deveria receber a deferência do povo paranaense e do povo político porque é a salvação do Brasil.

Já se fala em eleições diretas, porque não querem Paulo Malluf na eleição que elegeu o presidente Figueiredo. Por que nós, os deputados do PDS, se ontem, valia este jogo, por que

não valer, hoje? Paulo Malluf, senhor presidente, senhores deputados, é o vanguardeiro da democracia, é o único homem capaz de fazer o atual sistema mudar de esquema, porque, se eles querem a eleição direta, por que não a deram há dois, três, quatro, cinco anos? Então, Paulo Malluf é a esperança do Brasil! Nós tivemos a honra de conversar e de conhecer as suas idéias e o seu pensamento. Talvez alguém do governo do atual sistema, talvez Delfim Neto e outras figuras importantes do sistema econômico não queiram Paulo Malluf, porque ele há de ser o presidente da República, porque está predestinado como esteve Getúlio Vargas, como esteve Jucelino Kubitschek. E é por isso, senhor presidente, que nesta euforia queríamos dizer ao Paraná que este homem é um homem digno, é um homem que merece o apoio do povo do Paraná, do povo paulista, do povo nordestino, do povo gaúcho e do povo brasileiro, porque é o único homem que conseguiu sacudir as idéias, chacoalhar a inércia do nosso partido para que ele viesse ao Paraná, para que ele corresse e percorresse o Brasil, e visse, senhor presidente, que ele é o favorito. É o homem predestinado a ser o presidente da República.

Não temos autorização de ninguém, mas temos autorização da nossa própria formação de dizer que Paulo Malluf na direta ou na indireta, há de ser o nosso presidente da República.

Se o presidente Figueiredo hoje quer mudar a regra do jogo, que mude, mas quando Malluf for presidente, haveremos de ver o Brasil livre de Delfim Neto, livre de Langoni e do tripé que está levando o País à falência. É isto, meu partido, é isto, deputados do PDS, que haveremos de dizer ao Paraná e ao Brasil, que a única salvação é um homem que entende, que sabe, que compreende as necessidades do povo brasileiro.

Chega de Delfim Neto, basta de FMI e nós saberemos que este está nos botando numa situação difícil e a salvação do Brasil, a salvação do Paraná será Paulo Malluf, senhor presidente.

Sei perfeitamente que talvez não seja a idéia de muitos paranaístas, mas é a nossa idéia que haveremos de dizer, senhor presidente, senhores deputados, que Malluf conseguiu concatenar, conseguiu intimidar e conseguiu talvez, a eleição direta, porque ele não é covarde. Ele é um homem que está ao lado do povo e covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta e os "Delfins", os "Andreazzas" que fiquem para lá.

Muito obrigado, senhor presidente.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Dirceu Manfrinato, inscrito.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Nosso Estado vive a dura realidade de ver em pouco menos de meio século a sua cobertura florestal reduzida drasticamente.

As escassas matas nativas remanescentes estão distribuídas irregularmente pelo território paranaense, fato que deve ser considerado muito preocupante por todos nós, que aqui vivemos.

É fato notório que a floresta é um fator de grande importância na vida de uma população, quer esteja protegendo o solo contra os efeitos climáticos, quer esteja a fornecer matéria-prima para as atividades industriais e gerando com isso muitos benefícios sociais, ou ainda, de maneira direta, esteja melhorando a qualidade de vida quando protege os mananciais de água e asila a fauna silvestre. Dos muitos benefícios que a floresta proporciona, estes são apenas alguns.

O Paraná, que possuía 87 por cento de sua área, coberta por florestas, tem agora menos de 10 por cento.

O ritmo do desmatamento foi muito rápido e intenso particularmente na região noroeste do Estado, onde a partir de 1940, a ocupação se processou através da cafeicultura e pecuária.

O noroeste do Paraná, uma região com características muito peculiares, possui a agropecuária mais intensiva do Brasil, respondente por 50 por cento da produção agrícola estadual.

Nessa região, a ocupação do solo para fins agropecuários foi tão intensiva que a cobertura florestal foi reduzida para menos de 3 por cento em apenas 30 anos de colonização. Tão rápida transformação, verificada em tão pouco tempo, já começou a causar sérios problemas ecológicos com sérios reflexos na economia nacional.

O solo dessa porção do Estado do Paraná, é frágil e facilmente desagregável. Denominado de "arenito do cauiá", não suporta a ação das águas e dos ventos.

Mesmo contando com um relevo suavemente ondulado, a erosão já se apresenta de maneira muito perigosa.

Grandes quantidades de solo fértil são transportadas pelas águas das chuvas. Os mananciais não estão protegidos pelas matas ciliares e a terra carregada pelas enxurradas desce fácil para os córregos e rios, que, se antes tinham uma profundidade de 2 a 4 metros, hoje atingem apenas meio metro. A camada fértil está sendo transferida para o fundo dos rios e destes para fora do nosso País. A floresta deu lugar para a agricultura e pecuária intensivas, e não se manteve reservas florestais representativas, estrategicamente localizadas nas margens dos rios.

Hoje, já há o sinal de alerta para o início de um processo de desertificação. Onde foi eliminada a mata que cobria as primitivas dunas do Deserto Mesozóico do atual arenito cauiá, a erosão se manifesta de maneira catastrófica. As voçorocas, que ameaçam cidades que destroem propriedades, antes produtivas e agora inexistentes, cortam e interrompem estradas, são a expressão máxima desse mal.

É a nossa maior riqueza, o solo fértil, que se esvai com as águas. O noroeste do Paraná não pode ser transformado em deserto em um futuro bem próximo. É preciso investir a fundo perdido na proteção deste patrimônio tão importante para o nosso País, e particularmente para nosso Estado. É preciso intensificar o "Projeto Noroeste", que irá completar uma década de existência, e que até agora, apesar do esforço dispendido, ainda não conseguiu controlar a erosão nas áreas urbanas. A erosão deve ser combatida, e uma das maneiras mais práticas e menos custosas é o reflorestamento. Do pouco que resta das matas nativas, grande parte está semi-explorada, concluindo-se, portanto, que o potencial genético das essências florestais não foi preservado e, como consequência quase não há possibilidades de se encontrar em quantidade suficiente sementes provenientes de árvores com boas características genéticas para um possível programa de recuperação florestal. É preciso intensificar e direcionar a pesquisa florestal para as essências nativas do Paraná, ainda hoje tão pouco conhecidas silviculturalmente. Os movimentos e associações preservacionistas, de existência recente entre a população, mas que bons serviços já prestaram em defesa do meio ambiente, lutam com os meios de que dispõem para a preservação do que resta. Nós, no entanto, achamos que isso não é o bastante. É necessário recuperar pelo menos a área florestal mínima de 20 por cento estabelecida pela Lei 4771 (Código Florestal), executando-se um programa específico coordenado pelo governo estadual. Necessário se faz a criação de uma política florestal própria e definida para o Estado do Paraná, voltada única e exclusivamente para a solução dos seus problemas. A estrutura florestal do Estado encontra-se fragmentada e, portanto, ineficiente. A inexistência de uma política florestal própria impede a implementação de qualquer projeto que se queira levar adiante, porque não há metas estabelecidas com base em planejamento estratégico a nível de microrregião. O governo e o povo do Paraná não devem apenas manifestar a sua preocupação com esses problemas. Devem, sim, assumir a sua parcela de responsabilidade, e considerar como prioridade a implantação efetiva de um programa de recuperação florestal nas áreas mais necessitadas, e para isso,

seria muito bem recebida a criação de um órgão estadual voltado exclusivamente para a solução dos problemas florestais do nosso Estado, o que certamente contaria com o apoio de todos”.

Era só, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Concedo a palavra ao deputado Roberto Requião, inscrito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. presidente, srs. deputados.

Nesta oportunidade, quero registrar as teses aprovadas pelo Congresso Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, realizado em São Paulo, neste mês.

A respeito do Acordo número 2, do Fundo Monetário Internacional, o Conselho divulgou a seguinte nota: “O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, reunido em sessão plenária, em São Paulo, no dia primeiro de agosto último, apreciando o instrumento jurídico denominado projeto ou Acordo número 2, integrante da renegociação da dívida externa brasileira, resolveu, por unanimidade:

1. Denunciar à Nação que este Acordo firmado com credores estrangeiros contém grave ofensa à soberania nacional, expressamente renunciada, no seu texto, mediante cláusulas que submetem sua execução à legislação de um estado norte-americano sem que o Brasil possa invocar, a qualquer pretexto, as suas prerrogativas de País independente;

2. Conclamar todos os segmentos da nacionalidade a um profundo questionamento crítico deste acordo financeiro e de quaisquer outros que contenham o mesmo vício essencial, visando a sua revisão para restaurar a dignidade nacional por eles violada;

3. Suscitar a inconstitucionalidade deste Acordo número 2, a vista não só da séria ofensa à soberania nacional, mas também de outros aspectos de ilicitude apontados em discussão plenária;

4. Reservar-se o direito de, oportunamente, recomendar a adoção de outras providências de ordem judicial, inclusive ação popular que possam anular como lesivos aos altos interesses da Nação, mas cláusulas questionadas como ilícitas, ou atentatórias da soberania nacional”.

Este documento é assinado pelo presidente da OAB, Mário Sérgio Duarte Garcia.

Além disso, a declaração de São Paulo, da qual eu me permito ler o seguinte texto: “O maior passo dado à eleição direta dos governadores frustrou-se como era facilmente previsível ante a evidência de que nenhum poder real sobrou aos Estados.

Agora, a exigência há de ser a democratização efetiva. As decisões fundamentais sobre o futuro da Nação, não podem continuar entregues ao desgoverno crescente da tecnocracia sob o manto de irresponsabilidade política que lhe propiciou o autoritarismo de base militar.

A solução para o descalabro não será encontrada nos arranjos de gabinete ou de cúpula, sob o temor, pânico da reação popular.

O grande problema atual do poder, dissemos na declaração de Manaus, em 80, é um problema de legitimidade. Não há poder legítimo sem consentimento do povo. Os advogados brasileiros afirmam que a falha de legitimidade ao poder institucionalizado em nosso País, a única conciliação possível, necessária e já agora inadiável, é que se faça para devolver-se finalmente à Nação, o exercício pleno do poder constituinte, que é seu. A reordenação democrática do País, de certo, não é panacéia que nos liberte, num passe de mágica, da dramática falên-

cia da empresa autoritária.

Mas só uma nova Constituição, nascida de um compromisso democrático de toda a Nação representada em Assembléia Constituinte, poderá ungir de legitimidade o governo que, diretamente eleito, venha receber do povo não só os instrumentos da força estatal, mas com eles a autoridade consentida para reclamar dos sacrifícios necessários ao reerguimento do País caído”.

Sr. presidente, mais uma vez registramos o fato de que a sociedade civil e principalmente a Ordem dos Advogados do Brasil, está marchando na frente da classe política e dos partidos organizados deste País.

Precisamos tomar sentido de que somente a participação decidida dos partidos políticos nos levarão à eleição direta para a presidência da República e à Assembléia Nacional Constituinte.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Ervin Bonkoski, inscrito.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. presidente, srs. deputados.

(Lê): “Na semana passada, o nobre Deputado Nelson Buffara ocupou esta tribuna para falar sobre “demissões e perseguições” que estariam ocorrendo na Prefeitura Municipal de Araucária.

Acreditamos que deva ter ocorrido equívoco na informação passada ao deputado Nelson Buffara, e por isso nos sentimos no dever de restabelecer a verdade, dever este que nos impõe, não apenas o fato de sermos representante daquele município, nesta Casa, mas também porque conhecemos muito bem o prefeito Rogério Kampa, homem incapaz de cometer qualquer ato de injustiça ou desrespeito à pessoa humana.

As demissões que ocorreram, e foram poucas, trata-se apenas de substituição de funcionários que ocupavam cargos de confiança. Portanto, um ato legítimo e normal na administração pública.

Quanto às queixas de perseguições ou pressão para que funcionários do PDS sejam obrigados a deixar esse partido, sob pena de perder o cargo, também não procedem; não há o mínimo fundamento.

Seria muita ingenuidade um prefeito agir de forma tão discriminatória; é impossível crer que o prefeito Rogério Kampa, um homem inteligente, médico humanitário e homem público de sólida formação moral, fosse praticar atos desse tipo.

O que está ocorrendo, isto sim, é a movimentação de um pequeno grupo liderado pelo sr. Rízio Wachowski, ex-prefeito do PDS, que pretende não apenas atrapalhar a administração, como também indispor o prefeito Rogério Kampa com a população de Araucária. Tais objetivos mesquinhos e ditas pessoas de atuação bem conhecida, não conseguirão tumultuar a administração e nem colocar o povo contra o prefeito. A população de Araucária é ordeira, de bons sentimentos, está dedicada ao trabalho em favor do município e dando seu apoio a quem também está trabalhando, e não a meia-dúzia de frustrados que ainda não assimilaram bem a lição de democracia que o povo deu a 15 de novembro.

Entendemos que está na hora de todos os paranaenses voltarem-se para o trabalho de reconstruir este grande Estado, olhando para a frente, para a realidade. Está na hora de entender que o povo determinou uma grande mudança; que estamos no início de uma nova caminhada, de uma grande empreitada,

na qual somente haverá lugar para aqueles que querem trabalhar com dedicação e honestidade. Está na hora, enfim, de se parar de ver fantasmas em todos os cantos. Esse tempo já passou".

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria de abordar hoje, da tribuna, as dificuldades que estamos passando aqui no Paraná, financiadas pela incompetência da área econômica federal e o FMI, e a sabotagem que estão fazendo contra os Estados do Sul, principalmente o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, duramente atingidos pelas enchentes.

Antes, no entanto, gostaria de reafirmar e reapojar o pronunciamento feito aqui pelo nobre deputado Ervin Bonkoski, ao defender de acusações injustas que fazia o deputado Nelson Buffara, ao prefeito de Araucária. Faço isto porque não poderia deixar de prestar aqui o testemunho de uma conversa que tive ocasionalmente com o prefeito de Araucária, quando este me confidenciava que tinha sérias intenções de pedir a todos os seus funcionários que se desfiliassem de todos os partidos, para ficarem livres e optarem livremente pelo partido que quisessem, posteriormente. Era isto o que nos dizia o prefeito Rogério, de Araucária.

De fato, parece que consumou esta sua atitude democrática. Dizia e fazia isto porque o prefeito anterior, o sr. Rízio Wachowski, obrigava a todos os seus funcionários a se filiarem ao PDS. E para livrar os funcionários deste jugo antidemocrático, é que o prefeito exigiu ou pediu aos funcionários que se desfiliassem. Todos se desfiliam dos partidos, e depois, livremente, se filiassem aos partidos que quisessem. Não foi condição para permanecer trabalhando na prefeitura. Não, senhor. Isto não condiz com a verdade. Talvez passassem de forma falsa as informações ao nobre deputado Nelson Buffara.

Mas, ao adentrar ao nosso tema de hoje, seria por demais dizer que o Paraná vive dias de grande ansiedade e de intensa expectativa. Nossos prefeitos, depois de verem seus municípios ser duramente castigados pelas chuvas, aguardam as necessárias verbas para iniciarem o duro trabalho da reconstrução. Nossos secretários de Estado localizaram os danos, calcularam os prejuízos e definiram as prioridades. Os planos estão feitos. E esperam os recursos para iniciarem as obras que já há trinta dias eram urgentes e não podem mais esperar.

E os recursos existem. O presidente da República, Aureliano Chaves, quando aqui esteve, anunciou recursos da ordem de 18 bilhões de cruzeiros. Não temos a menor dúvida de que o presidente da República não viria ao Paraná anunciar tais recursos, se não existissem. Entretanto, eles até agora não chegaram ao Paraná. Como não chegaram também à Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul.

O Conselho de Segurança Nacional, por determinação do presidente da República, conforme documento entregue ao governo do Paraná no último dia 27 de julho, programou, de forma detalhada e minuciosa, a liberação de recursos para os três Estados do Sul, afetados pelas cheias. No documento intitulado "Operação Reconstrução", estão especificadas as medidas a serem tomadas. Os recursos necessários e as origens destes recursos ao Paraná são destinados, desta ordem, 12,2 bilhões de cruzeiros.

De acordo com o planejamento feito pelo Conselho de Segurança Nacional, para a reconstrução de nossa malha rodoviária, são destinados 7,2 bilhões de cruzeiros para recuperação de rodovias estaduais e municipais. No entanto, até o presente momento, não chegou nada. Nossas rodovias continuam in-

transitáveis. Não conseguimos escoar normalmente a nossa produção, mas as verbas já alocadas persistem em estar preso em Brasília.

Os 5,2 bilhões de cruzeiros já anunciados e necessários para as obras de saneamento e recuperação de escolas e de atendimento na área de saúde, apesar da urgência de tais medidas, ainda não chegaram até o Paraná.

Como afirmou o presidente da República, na reunião que aqui tivemos, no Guatupê, na reunião do último dia 27 de julho, antes de passar a palavra ao ministro da área econômica, advertia e dizia as medidas anunciadas não passarão de demagogia, se a área econômica do Governo não liberar os recursos, como que chamando atenção aos seus próprios ministros da urgência na liberação desses recursos e eles são anunciados, sua aplicação é detalhada, como comprova inclusive os planos de aplicação entregues pelo governador José Richa, ao governo federal.

Entretanto, eles não são liberados, o que o Paraná e a Nação assistem indignados, isto sim, é o estrangulamento financeiro do País, oriundo do servilismo de Delfim Neto e de sua "troupe" FMI e aos agiotas internacionais, o governo federal anuncia recursos que estão longe de atender as nossas necessidades e não os libera imediatamente os 18 bilhões parece até pequenas migalhas diante dos 70 bilhões de prejuízos que sofremos nas últimas cheias, mas mesmo estas migalhas permanecem guardadas a sete chaves pelo Sr. Delfim Neto na Seplan, — é impensável não pagar os escorchantes juros que os agiotas internacionais nos impõem, vai ele correndo para pagar o juro na subserviência com que dirige a economia da Nação, diz ele que seria um calote se não pagássemos os juros, entretanto é surpreendente, sr. presidente, srs. deputados, a facilidade com que o sr. Delfim Neto vem passar o calote a nós, paranaenses, é impressionante como vem aplicar sucessivamente o calote à Nação toda ou que nome damos à não liberação da verba anunciada e urgentes recursos necessários para cobrir os prejuízos das cheias.

O sr. Delfim Neto não se limitou simplesmente a passar a mão em 1 milhão de cruzeiros, dos três que viriam para dá, destinados pelo sr. presidente da República, para cobrir os prejuízos das cheias, dos 3 bilhões que foram localizados do imposto do Finsocial, Delfim Neto ficou com um para pagar os juros dos banqueiros internacionais, deixando a Nação toda mendigando.

O que dizer então do infame arrocho salarial imposto pelo Decreto 2045, ou ainda as verbas anunciadas que o Nordeste reivindica, o presidente da República anuncia e lá eles não chegam, o presidente da República anuncia mas aqui não chegam as verbas.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado Gernote Kirinus, é a vez primeira que vejo em vossa excelência a coordenação de nossas idéias que estão ao lado do Paraná e do Brasil. Quando vossa excelência fala em Delfim Neto, sentimos um repúdio por um homem que está enterrando a nossa Pátria, um homem que de economia não entende nada. Vossa excelência está de parabéns, secretário do nosso Poder e este homem tem que ser alijado, não para o bem do PDS, não para o bem do PMDB, mas para o bem do povo brasileiro.

Vossa excelência receba os meus parabéns com esta coragem e tenha o nosso apoio, sem falsa modéstia e sem falso messianismo, meus parabéns, deputado Gernote Kirinus, porque neste momento em que o País passa por um transe difícil, chega de delfins, chega de langonis, chega de andreazzas e chega de adjacências.

Meus parabéns, deputado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço comovido o apoio de vossa excelência ao nosso pronunciamento. Faria apenas

um pequeno reparo, dizendo que sempre me posicionei em favor do Paraná. Mas agradeço profundamente este apoio.

Senhor presidente, senhores deputados, o que ocorre é que o governo paga o que não deve e deixar de saldar a imensa dívida social contraída com a Nação. Em função da covardia e subserviência de alguns poucos, vemos a Nação ser esmagada de forma irresponsável, para pagar os juros que nos são impostos pelos agiotas internacionais.

O Brasil não tem porque correr atrás de migalhas, enquanto vemos a Nação ser devastada. Tampouco o Paraná pode se sujeitar a percorrer os gabinetes da Seplan, de pires na mão, a esperar o beneplácito do sr. Delfim Neto, estafeta do FMI, que não acata nem mesmo as determinações do presidente da República e do Conselho de Segurança Nacional, não respeita a Nação, não respeita este povo nobre e nem a si próprio respeita pois se sujeita ao papel de verme rastejante diante dos banqueiros internacionais.

Parafraseando o governador de Santa Catarina, Esperidião Amim, em seu emocionado discurso, diante de 20 mil manifestantes que em Blumenau manifestavam contra a falta de apoio do governo federal à reconstrução de Santa Catarina, podemos, junto com ele, afirmar irmanados: "não vamos permitir que a indiferença pise o solo e a bandeira do Paraná".

Não se trata de caridade. O que reivindicamos é um direito que o Paraná conquistou pelo muito que tem contribuído e irá contribuir para com a Nação, Brasil. O Paraná não precisa do governo federal. O Brasil, o governo federal, precisa da produção do Paraná. Isso dizia em campanha o governador José Richa. E é de justiça que falamos, e não de favores.

O Paraná é um Estado de fôlego. Sua estatura não é portanto para ir de pires na mão como que a mendigar o seu direito de crescer economicamente, de criar condições dignas para seus filhos aqui viverem.

Este ritual que assistimos de prefeitos virem aos deputados estes aos secretários de estado, os secretários ao Governador, para enfim, encontrar a indiferença e a ausência das autoridades econômicas que, via de regra, nem em Brasília ficam, e sim, em visitas constantes às cortes de Nova Iorque, Washington, Londres e Paris, a flertar banqueiros e alienar nossa soberania como se alguém pudesse ter mandato para tanto. E para tanta infâmia.

Temos fôlego, como de resto a Nação tem. E muito, justamente para renegar esses reles funcionários do FMI e dos agiotas internacionais, sua política econômica, e aí sim, afirmamos o nosso papel, diante da independência, proclamada há muitos anos.

Pensar o Paraná dentro desta "camisa-de-força" que é a atual política econômica é sonhar idilicamente com uma ilha de prosperidades em meio ao mar revolto da crise que aí está. Como admitir qualquer plano de governo que gere desenvolvimento, empregos e justiça social nesse quadro recessivo, ou melhor dizendo, neste quadro regressivo como identificaram os 12 maiores empresários nacionais em seu recente "Manifesto à Nação"? Como eles afirmaram: "não será pela recessão, que sem destino que o Brasil alcançará o seu destino".

Dá para pensar, sr. presidente, srs. deputados, em elaborar orçamentos que não podem crescer além de 110 por cento para uma inflação prevista de 150 por cento, que todos sabemos que chegará a persistir a atual política econômica, a pelo menos 200 por cento. Ou seja, como falar em exportar, crescer, quando os recursos são cortados à metade do que são hoje, além da necessidade de reconstruir o que as chuvas destruíram?

Decididamente, não devemos e não podemos afinar nosso Paraná conforme o diapasão da recessão, do FMI e de Brasília. Temos que nos afinar, isso sim, com os anseios do nosso povo paranaense, dos operários, dos empresários, dos produtores rurais, dos agricultores, da classe política.

Como afirma o "Manifesto ao Povo Brasileiro", subscrito por 45 dos 56 deputados do PMDB, PDS e PDT da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: "Somente com medidas corajosas e patrióticas de mudança da atual política econômica, capazes de atacar o mal pela raiz, como a moratória da dívida externa e a adoção de um novo modelo econômico voltado para o mercado interno, tendo por objetivos primordiais a geração de empregos e a melhor distribuição da renda, é que nosso País será capaz de sair do atoleiro em que se encontra e encontrar o caminho de desenvolvimento econômico".

Isso dizem, afirmam e assinam os deputados gaúchos de ambas as bancadas. Porque nós, do PMDB, PDS, da Assembléia Legislativa iríamos dizer o contrário, se é para o bem comum, se é para o bem da Nação.

Portanto, senhor presidente, vivemos hoje todas as adversidades de uma moratória, praticamente não importamos mais nada, não conseguimos comprar petróleo, enfim, já sofremos as retalhações que se previam na hipótese de uma moratória. Pagamos o preço da moratória, mas não auferimos as suas vantagens. Vamos portanto, declarar oficialmente esta moratória, romper com o FMI e retomar o desenvolvimento econômico.

Trata-se, portanto, como afirmou o jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho, no Primeiro Fórum de Debates, nesta Casa de Leis, de "resgatar ao Paraná o que o Brasil nos deve". e que o Brasil não se nega a fazer. Como, inclusive, demonstrou a imensa solidariedade que recebemos de todos os rincões do País, quando fomos duramente castigados pelas chuvas.

Os que nos negam o progresso, são exatamente os que conduzem a política econômica e seus aplicadores.

Trata-se, então, de desobstruir o caminho para o desenvolvimento demitindo os lesa-pátria, Delfim, Galvêas e Langoni, romper os acordos com o FMI, adotar as necessárias mudanças de rumos na política econômica.

Estar à altura desta tarefa. Este é o desafio; desafio a esta Assembléia Legislativa, acima das diferenças ideológicas e partidárias, e temos certeza, com a decidida participação do Governador do Estado, porque, este é o compromisso maior da campanha, e por isso mesmo, a delegação maior que as urnas lhe conferiram. Um governo eleito pelo povo, uma Assembléia eleita pelo povo, prefeitos eleitos pelo povo e com ele comprometidos, que portanto, não se permitirão a desempenhar o papel de aplicadores de uma política econômica falida e desumana que nada tem a ver e a dar ao Brasil nem ao mundo, só beneficiando uma ínfima, para não dizer uma infame minoria de parasitas internacionais.

E pedir que o Paraná seja enfiado neste buraco estreito, nem porque somos grandes demais para caber dentro dele, e somos altivos suficiente para não nos submetermos a algum processo de mutilação.

É por isso que reafirmamos a nossa posição, é por isso que reclamamos, não das migalhas que nos estão negando hoje, mas reclamamos o Paraná que o Brasil nos deve.

Tal é o desafio da hora presente para todos nós paranaenses e brasileiros, moratória, mudança na política econômica, emprego, progresso, soberania e democracia, ou fica como está.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado. (Assentimento) Por quinze minutos, concedo a palavra ao nobre Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. presidente, srs. deputados (Lê): "A única combinação capaz de dar à economia brasileira uma estrutura mais resistente a futuros e prováveis choques externos, é aquela que pretenda uma revisão institucional

completa do País, e uma modificação dos padrões nacionais de investimentos, com o redirecionamento do capital do setor industrial, para as áreas agrícolas e mineral".

Esta afirmativa do presidente do Banco Central, Carlos Langoni, 19/07/82, à Folha de São Paulo, não se trata de um "ovo de colombo". É evidente que o deslocamento de maiores recursos para o setor agrícola, é uma das poucas soluções que a longo prazo, poderia atenuar a atual crise que se nos depara em quase todos os setores da vida nacional. Para que se tenha uma noção da viabilidade desse aumento de recursos para a agricultura, basta exemplificarmos com alguns números:

— Enquanto um bilhão de cruzeiros aplicados na indústria automobilística e naval gera 700 empregos, a quantia equivalente aplicada no setor agropecuário gera 20 mil colocações. E tanto é assim, que com apenas 14,4 por cento dos subsídios totais, a agricultura foi responsável por um volume de exportações que superou a casa dos 10 bilhões durante o ano de 1981.

Muito embora os números confirmem a afirmação do presidente do Banco Central, e os produtores rurais tenham ficado animados e esperançosos com a prioridade dada à agricultura, tendo se lançado à luta com redobrado ânimo, viram seus esforços frustrados, pois, inconseqüentemente os recursos e subsídios para a agricultura vêm diminuindo.

No Brasil inteiro, os produtores rurais vêm demonstrando o seu descontentamento com a política agrícola, a qual vem contrariando as reiteradas promessas contidas em mensagens do presidente João Figueiredo. Atualmente, a nível estadual, estão em maturação um conjunto de propostas que poderão redefinir o futuro dos agricultores em nosso Estado, agricultura que desde os anos 70 se encontra de forma qualitativamente distinta.

Os primeiros resultados do Censo Demográfico de 1980, demonstraram que o Paraná, nos anos 70, passou de pólo de atração de população para pólo de expulsão. A tendência à concentração urbana, que tem aumentado nos últimos anos, deverá acentuar-se de forma crescente em torno às microrregiões.

Até os anos 70, o Paraná era um tradicional absorvedor de mão-de-obra, e, portanto da população originária de outras regiões do País. No decênio 1970-80, a situação modificou-se migrando para fora do Estado mais de um milhão de pessoas, inversão que se explica pelas novas relações entre a agricultura e a indústria, traduzidas pela crescente mecanização da atividade agropecuária.

Esta situação teve como conseqüência direta, a elevação inicial da produtividade agrícola; indiretamente, porém, as conseqüências sociais tem sido desastrosas, pois os trabalhadores que mantinham relações de trabalho no regime de colonato, parceria e arrendamento, tornaram-se vulneráveis a esta crescente mecanização agrícola.

Com as altas taxas de juros e o preço elevado do equipamento em relação à mercadoria agrícola, impedem que muitos dos pequenos produtores, tenham condições de renovar ou modernizar a sua frota; passando então a usar velhos veículos de tração animal, produzindo menos e não conseguindo competir com outros produtores mais bem aparelhados. E assim, vai se constituindo a maior parcela da massa migrante.

Sem dúvida, a crescente modernização é apenas um dos fatores que oneram os pequenos proprietários, fatores estes, que nos anos 80, têm causado a expulsão da população rural para os grandes centros urbanos, onde vão aumentar os índices de população favelada.

A atual política agrária injusta, que favorece o prevalecimento da propriedade monopolista da terra, e dificuldades de acesso à terra por camponeses, é também causa destacada para o desastre do êxodo rural. A expropriação pelo capital tem provocado a expulsão de milhares de trabalhadores do campo, via de regra, violenta e sistematicamente conforme foi

destacado no XI Encontro Estadual de Justiça e Paz, realizado em Londrina, em 18 de junho de 1983.

As mudanças do crédito rural, com suas reduções nos subsídios implícitos no crédito, coloca para os produtores mais tecnificados duas alternativas: utilizar um grande volume de recursos próprios no seu investimento, ou tentar uma diminuição de culturas, ou até desativação da atividade agrícola, em favor da pecuária.

Com relação aos insumos industriais, os produtores estão pagando duzentos por cento a mais por esses produtos, em relação ao plantio da safra 82/83. A causa do aumento, é pela ocorrência da imaxidesvalorização da moeda, que acompanhada do imposto de exportação, causará sérios problemas para a agricultura brasileira. Este aumento deve-se ao fato de que, as empresas multinacionais já tinham estabelecido um percentual de lucro sobre seu faturamento, antes de acontecer a imaxidesvalorização, e que quando esta ocorreu, este percentual de lucro, que é calculado em "dólar", foi mantido. Há a necessidade do Governo tomar medidas de contenção a essa elevação, caso contrário o produtor pára de produzir ou paga para produzir, o que é pouco provável.

Como vimos, as conseqüências no setor agrícola, que advêm da situação crítica em que se encontra a economia, são as mais diversas. A decisão do produtor de levar adiante o seu empreendimento, implica em custos elevados, frente à inexistência de alternativas mais rentáveis, e ao crescimento dos preços agrícolas em ritmo inferior à inflação.

A expansão de pastagens, em terrenos ótimos para a cultura do café, por exemplo, começa a se verificar no campo paranaense, traduzindo-se em redução da área de lavoura e queda no preço da terra.

Toda esta conjuntura foi agravada este ano, com a ocorrência de graves alterações climáticas; 1983 vem se constituindo num dos anos mais chuvosos dos últimos tempos. Estas precipitações anormais para o período, estão repercutindo negativamente na agropecuária paranaense, prejudicando o andamento normal das culturas e safras agrícolas. Se os produtores agrícolas em geral já estavam descontentes com a atual situação, o problema climático veio agravar ainda mais a situação, gerando um outro problema social: o dos "bóias-frias", que sem trabalho ficaram sem o seu ganha pão.

Por todos os motivos expostos até agora a safra de verão que era aguardada num clima de expectativa, especialmente no que dizia respeito às culturas de soja, café, milho e algodão, foi confirmada por violentas quebras de produção em quase todos os municípios do Paraná.

Especificamente na região de Campo Mourão, que abrange vinte municípios, os prejuízos diretos foram da ordem de 27 bilhões e 467 milhões, segundo o levantamento feito pelos técnicos do Departamento de Economia Rural, do núcleo regional da Secretaria da Agricultura, conforme o diário "Indústria e Comércio", de 05 de agosto do corrente ano.

A área de plantio de soja, inicialmente calculada em 330.980 hectares, ficou em 330.680, com a produção baixando da previsão inicial em cerca de 20.000 toneladas, e deixando de serem produzidas 1.175.265, que ao preço do dia 4 deste mês equivaleria a 9 bilhões, 145 milhões e 170 mil cruzeiros. E o rendimento por hectare, caiu de 2.143 para 2.089 quilos.

A área plantada de milho foi prevista em 135.800 hectares; porém, observou-se uma queda no rendimento — era esperado 2.768 quilos por hectare e ficou em 2.536 quilos por hectare — diminuindo assim, a aprovação em oito vírgula quatro por cento.

Também a área de plantio de algodão prevista foi mantida, porém a quebra da produção foi de vinte e seis vírgula seis por cento: era esperada uma safra de 171.009, mas foram colhidas 125.441 toneladas, com um prejuízo da ordem de Cr\$ 6.835.200.750,00. O rendimento médio, que era espe-

rado em 1.769 quilos por hectare, ficou em 1.297 por hectare.

Quanto ao plantio do feijão houve uma redução de 13.004 toneladas, equivalente a uma quebra de quarenta e dois vírgula três por cento. O rendimento foi de 469 quilogramas por hectare quando eram esperados 813 por hectare plantado.

A quebra da produção de amendoim chegou a vinte e oito por cento, com a previsão inicial de 2.956 para 2.127 toneladas deixando de ser produzidas 33.160 sacas num valor aproximado de Cr\$ 47.584.600,00.

Conforme constatamos, a produção e produtividade da região de Campo Mourão está caindo. Os fatores que originam essas quebras de safra, que em primeira mão poderíamos atribuir às condições climáticas, não o são, e são, isso sim, toda a problemática que envolve a agricultura e já abordada neste pronunciamento. É claro que as condições climáticas, ao demonstrarem-se adversas, vieram somente piorar o estado calamitoso e deficitário em que se encontra a agricultura.

Atualmente, é impossível prever a expansão do setor agrícola pela insuficiência de capital próprio para garantir os níveis de investimentos. A retirada do subsídio ao crédito rural ocasionou perda de boa parte da renda financeira que os produtores vinham obtendo com o crédito mais barato.

A população paranaense, fica aguardando soluções eficazes para o problema agrário, tais como o atendimento prioritário ao pequeno produtor, difusão de tecnologias adequadas às características de cada região, e o aumento à difusão do parque cafeeiro estadual, na tentativa de promover o aumento da produtividade e conter o êxodo rural."

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Fará uso do horário, por dez minutos, o senhor Deputado Anibal Khury.

O SR. ANIBAL KHURY — Senhor Presidente, senhores Deputados.

O Paraná sofre mais uma injustiça do Governo Federal. O Banco do Brasil através da sua organização ou por ordem sei lá de quem, talvez seja do ilustre Ministro da Fazenda ou do Ministro Delfim Neto, determinou que financiamentos à zona flagelada de Santa Catarina, sejam feitos na base de setenta por cento de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Para o Paraná, oitenta e cinco por cento. Quinze por cento a mais.

Parece que o Governo Federal descobriu uma fórmula mágica de medir a densidade das águas, pelo trilho da Estrada de Ferro que liga União da Vitória a Porto União, ou pela ponte que liga Rio Negro a Mafra.

O exemplo típico desse absurdo, é que a Agência do Banco do Brasil sediada em União da Vitória, que citamos o exemplo, forneça ou empreste dinheiro na base de oitenta e cinco por cento à indústria e comércio flagelados de Porto União, na base de setenta por cento. Ficando por conta dos trilhos da estrada de ferro que separa as duas cidades, os quinze por cento a mais para a gente paranaense.

É um absurdo, é ridículo que isso aconteça no Brasil, que isso aconteça em detrimento dos interesses do Paraná. Porque eu devo afirmar, que tanto em União da Vitória como em Rio Negro, as águas prejudicaram muito mais estas duas cidades paranaenses do que as duas cidades de Santa Catarina: Mafra e Porto União.

Levo ao conhecimento desta Casa este absurdo que parece até que o Paraná não faz parte da Federação e Santa Catarina, seja um Estado privilegiado. Creio que as autoridades federais estão agindo com absoluta má fé com relação ao Estado

do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, deve estranhar essa atitude. Porque ela não se coaduna com os interesses do povo brasileiro. E o Paraná sente, profundamente, que o Governo da União faça essa odiosa discriminação. Nós pretendemos apresentar ainda nesta sessão, um requerimento de protesto contra essa atitude que prejudica os interesses paranaenses em detrimento dos interesses do Brasil.

Não negamos a Santa Catarina o direito desse privilégio, mas queremos e devemos ter, as mesmas regalias que o Estado vizinho. Por isso que, Srs. Deputados, Sr. Presidente, a nossa presença nesta tribuna para estranhar, para protestar essa atitude da área econômica do Governo Federal.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do restante do seu horário. Com a palavra o Deputado Paulo Furiatti por treze minutos.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No último dia dez o Deputado Airton Cordeiro fez pronunciamento nesta Casa, abordando assuntos do Município da Lapa, como indicação de diretor de escola, além de desfilar uma série de impropérios contra o atual Prefeito Wilson Moreira Montenegro.

Tal qual um lobo vestido de cordeiro, o Deputado Cordeiro uivou irritado a procura de motivos, para agradar amigos de campanha e quem sabe justificar votos. É sabido que a lista tríplice tinha na sua intenção, além de levar em conta o critério de votação, outros motivos como competência e afinidade com as diretrizes de Governo do PMDB para educação.

O simples uso de estruturas de escolas em benefício de um partido político, pode demonstrar a não afinidade com o programa de governo, se tiver no governo, um partido diferente daquele beneficiado. Além disso, a compatência dentro dos atuais critérios foram analisados. Mesmo assim, considero legítimo o direito da abordagem do Deputado Cordeiro, na defesa de suas idéias no que diz respeito ao processo, embora não tenha o Deputado abordado que das cinco escolas, quatro tiveram indicação dos mais votados, inclusive sem levar em conta as posições individuais. Pois, pelo menos duas destas, são filiais do Partido do Deputado Airton Cordeiro.

O que não entendo, porém, é o Deputado Airton Cordeiro atacar de forma tão raivosa o prefeito da Lapa em assuntos que absolutamente não têm caracterização.

Quando a análise de currículo atinge alguém do PDS, o Deputado não considera e vocifera que há perseguição, tal como se não ocorresse incompetentes no PDS.

Da mesma forma entra em profunda contradição, quando defende a diretora mais votada, dando-lhe uma legitimidade única, assumindo como único critério o da eleição. Mas ao mesmo tempo em relação ao Prefeito da cidade, eleito democraticamente, afirma que a cidade não merece o prefeito, numa alusão que houve erro da população. Isto é, a Diretora da Escola embora o critério não fosse único, ou seja, não bastasse ter votos, deveria ter sido nomeada por ser do PDS.

Já o Prefeito do PMDB, num critério exclusivamente do Deputado, não é digno do mandato que tem, embora este tenha tido um critério de ser o mais votado. Confesso no entanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que esperava mais coerência do Deputado Airton Cordeiro. No episódio do cidadão João Soares tive a primeira decepção com o Deputado Cordeiro, mas releguei o posicionamento sem bases concretas, pois todos estamos sujeitos a falhar.

Infelizmente vejo agora que está se tomando uma prática do Deputado Cordeiro fazer afirmação sem bases concretas. Afirmou o Deputado que o Prefeito da Lapa demitiu o candidato pelo PDS a Prefeito, Sr. Renato Lipski, como um ato de mes-

quinharia. Não há dúvida que o Secretário Geral da Prefeitura, Sr. Renato Lipski foi demitido, somente que em comum acordo, é tem mais, sabe o Sr. Deputado Aírton Cordeiro das declarações do Sr. Renato Lipski?

Se não sabe não deveria ter feito as afirmações que fez. Disse o Sr. Renato: "o tratamento recebido pelo Prefeito foi um tratamento de pai. Após as eleições sobraram somente as contas para pagar. Afirmou o Deputado ainda, que o ex-Diretor do Hospital foi afastado, qual fosse o Sr. Darci Costa o suprasumo da competência. Foi competente quando trabalhou desbragadamente na Lapa para o PDS, confundindo sua função de médico com a de cabo eleitoral.

Saiu publicado nos jornais, ainda, que o médico teria documentos contra o Prefeito.

O que o Deputado está esperando? Divulgue os documentos! Tome as medidas cabíveis!

Entendo que será difícil. Acredito que não os possui, porque se os possuísse não estaria na ameaça, mas praticando atos concretos tal seu inconformismo com a derrota do PDS na Lapa.

Deputado Aírton Cordeiro, o PMDB é um partido que tem diretrizes definidas e uma prática de mudança. A mudança passa, inclusive pela substituição daqueles que não têm afinidade com essas diretrizes, ou que no passado tiveram práticas autoritárias avalizadas, inclusive por Vossa Excelência.

Quanto ao novo Diretor da Fundação Hipólito Alves de Araújo, digo que se trata de um homem público que muito tem feito pela Lapa, é o Dr. João Kalil Fadel.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do Partido Democrático Social, se fará uso do horário que lhe é destinado.

Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel, por dez minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, o Deputado Paulo Furiatti, Srs. Deputados, investiu contra o nosso companheiro Aírton Cordeiro. Nós não podemos censurar o Sr. João Kalil Fadel, porque foi Deputado da ARENA, pertenceu ao nosso Partido. Então nós não somos juízes para julgar e não sabemos até que ponto Sua Excelência está a par da situação da política paranaense.

Sabemos apenas que o Deputado Aírton Cordeiro, apesar de sua ausência, é um homem digno; é um homem que trabalha, que luta e que fala apenas a verdade.

Sr. Presidente é uma barbaridade o que afirma o Deputado Paulo Furiatti, ao dizer que o problema das professoras, o problema do Paraná não está afeto a nós, como não está afeto também o problema nacional à Bancada do PMDB. Mas nós temos o direito sagrado de reivindicar como teve o Deputado Aírton Cordeiro o direito sagrado de vir a esta tribuna e falar na parcela do povo que o elegeu. Está errado, com a devida vênia, com o devido respeito, o jovem que criticou o nosso companheiro de bancada. Embora, não respeitando a sua ausência, embora no seu afoitismo, esperasse a presença do Deputado, não para se defender, mas apenas para refutar as inverdades ditas daquela tribuna, sobre o Deputado Aírton Cordeiro.

O ex-Deputado João Fadel, nosso companheiro, homem digno, homem sério, também pertenceu a esta bancada, também sentou nos nossos bancos, também foi um homem respeitado pela nossa grei. E não seria neste momento que nós escutássemos calados, no início, este afoitismo da juventude, que não sabe discernir o passado o presente e do futuro.

Deputado Paulo Furiatti, Vossa Excelência erra ao criticar um Deputado ausente, ao seu colega de bancada, mas nós ficamos com o adágio popular: "não se atira pedra em árvore que não tem fruto", e Vossa Excelência está atirando pedra

num seu companheiro, no seu amigo ausente, no seu amigo que talvez Vossa Excelência, na calada da noite, pudesse apunhá-lo, que não é este o nosso pensamento. Mas eu queria que Vossa Excelência defendesse o povo do Paraná e também que se cessassem as lamúrias da sua bancada, ao criticar o Governo Federal, ao pedir ao Governo Federal clemência para o Paraná, que é a nossa obrigação. Quando Vossa Excelência ataca um companheiro nosso sem procuração, nós, Deputados da roça, nós, os humildes da bancada do PDS, da bancada minoritária, não podemos nos calar porque Vossa Excelência, com a sua juventude, não tem a experiência dos homens de cabelos encanecidos. Nós conhecemos João Fadel, homem digno, que pertenceu a esta bancada, homem honrado, que foi nosso companheiro, que lutou quantas e quantas vezes contra o povo do PMDB e do PMDB.

Então, Vossa Excelência não tem autoridade moral para atacar um companheiro nosso. Quero dizer que o Deputado Aírton Cordeiro não pode falar por sua terra e por sua gente. Vossa Excelência peca desde o princípio do seu discurso ao atacar um homem que Vossa Excelência desconhece, ao defender o município que Vossa Excelência não conhece. Aírton Cordeiro é um homem que veio de origens humildes, e é um dos líderes de nossa bancada. Eu queria, neste momento, seguindo aos ensinamentos de Cristo, que Vossa Excelência pensasse que errar é humano e perdoar é divino. Vossa Excelência errou, Vossa Excelência tem o meu perdão e tem o perdão de Aírton Cordeiro antecipadamente. Nós haveremos de cumprimentá-lo e queremos que Vossa Excelência, no seu afoitismo, lute pelo Paraná, venha com um fato concreto. Peça uma estrada para a sua terra, para a Lapa. Mande tapar os buracos que o Senhor José Richa não tapou; manda fazer as estradas sem criticar companheiro nosso. Muito obrigado, Deputado Paulo Furiatti e que isso sirva de exemplo a Vossa Excelência. Não ataque companheiro seu na sua ausência, pois nós estaremos aqui, nesta barreira, que o povo do Paraná nos outorgou, para defender os nossos companheiros e para dirimir as dúvidas de que Vossa Excelência, talvez com sua juventude, não saiba que não se deve atacar companheiros em sua ausência.

João Fadel foi um companheiro nosso e merece o nosso respeito, um homem digno. Foi companheiro nosso como foram Paulo Pimentel, Ney Braga e Jaime Canet Júnior. E haveremos de dizer a Vossas Excelências que daqui quatro anos, três anos e meio, quando formos governo, haveremos de ter clemência com Vossas Excelências. Ao invés de Deputados do PDS virem aqui a falarem balelas, vamos lá exigir do Secretário de Transportes que dê vazão para as estradas, que tape os buracos destas estradas intransitáveis do Paraná; que se coloque no Banco do Estado, homens dignos, como Léo de Almeida Neves. Que não se tire, que não se persiga, que os "garanhões" não dêem coice. Que se deixem os homens dignos, que querem o bem estar do Paraná e de sua gente. Por que não vem Vossa Excelência falar dos "garanhões"? Por que não vem Vossa Excelência justificar a saída de Léo de Almeida Neves? Porque não quis a democracia participativa, porque não quis Deputado? Será que o Léo de Almeida Neves, embora o Deputado Aníbal Khury esteja orientando-o, pergunto: que queria Léo de Almeida Neves se não o bem-estar de sua terra e de sua gente? Onde está a democracia participativa do PMDB? Onde estão os homens que diziam que teríamos a democracia? Qual foi o erro de Léo para sair do BANESTADO?

É a perseguição. São os "garanhões" a dar coice. São os "garanhões" a mandar. E eu pediria a Vossa Excelência que me desse a ficha do atual Presidente do BANESTADO. Se precisar dou eu a ficha do "comuna" que está lá.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do restante de seu horário.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, esta liderança declina o tempo que resta.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/83, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que estabelece redução sobre multas, juros e correção, incidentes sobre as contribuições em atraso para o IPE e CPSJ, conforme especifica. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em votação a Emenda Substitutiva de Plenário. — **Aprovada.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 08/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 04/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo datado de 29/11/82, ao convênio celebrado em 1.º/02/82, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica. Com parecer FAVORÁVEL da COPTC, por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 10/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 14/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo de Cooperação e Compromisso n.º 23/82, celebrado em 27/12/82, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Inajá. Com parecer FAVORÁVEL da COPTC, por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 11/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos aditivos firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios que especifica. Com parecer FAVORÁVEL da COPTC, por unanimidade. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23/83, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a "Associação Beneficente e Cultural Desportiva dos Servidores Públicos do Centro Cívico - ABCD/CC, com sede e foro em Curitiba. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29/83, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de utilidade pública a "Associação de Mães de Pranchita", com sede no município de mesmo nome e foro na Comarca de Santo Antônio da Sudoeste - PR. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42/83, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que denomina "Vereador Pedro José da Silva", a rodovia PR-469, que liga Pato Branco-Itapejara-Verê-Dois Vizinhos. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 49/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a "Associação dos Procuradores do Estado do Paraná - APEP", com sede e foro na cidade de Curitiba. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 56/83, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a "União Beneficente Nossa Senhora da Piedade", com sede e foro em Sarandi - PR. Com parecer FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 70/83, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública a "Obra Social da Cruzada Nacional de Evangelização", com sede na cidade de Ponta Grossa. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 15/83, (Mensagem n.º 21/83, ex-Proposição n.º 22/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos aditivos datados de 30/12/82, as Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 1.º/02/82, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Faxinal e Goioerê. Com parecer FAVORÁVEL da COPTC, por unanimidade. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 52/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 51/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação e Compromisso celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a construção de terminais rodoviários nos referidos municípios. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 64/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 50/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação e Compromisso n.º 19/83, celebrado em 08/03/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de São Pedro do Ivaí, objetivando construção do Terminal Rodoviário de Passageiros no referido município. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 65/83, (Mensagem n.º 52/83, ex-Proposição n.º 54/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 29/12/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do "PRO-SAFRAS", no exercício de 1982. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vereador Victor Leal Claudino, Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do "Dia do Maçom", ocorrido no dia 18 de agosto do corrente ano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 74/83, de sua autoria, que declara de utilidade pública a "Associação Comunitária Bairro Jardim Gabinete", com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezzi e Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de líderes do PMDB e PDS, respectivamente, constante do expediente, solicitando a suspensão das Sessões dos dias 5 a 9 de setembro do corrente ano, para trabalho das Comissões. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Paraná - FITC e Coordenador Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, visando a

legalização das áreas de terra conhecidas por Fazenda Três Pinheiros, no Município de Matelândia e Fazenda Annoni, no Município de Marmeleiro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 23, 29, 42, 49, 56 e 70/83.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 15, 52, 64 e 65/83.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74/83.

Levanta-se a Sessão.